



Anais da Assembléia

Nº 88

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 1.980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Neilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Valduga, Waldyr Pugliesi, David Federmann e Gilberto Agibert Filho (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fuad Nacli, Adalberto Daros, Cyro Martins, Egon Pudell, João Elísio, Leônidas Chaves, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Werner Wanderer e Wilson Fortes (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem nº 50/80

Curitiba, 13 de agosto de 1.980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de convênios celebrados em 14 e 15 de julho próximo passado, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os Municípios de ENÉAS MARQUES e MUNHOZ DE MELLO, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação dos prédios da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública da sede dos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador em exercício

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 51/80

Curitiba, 13 de agosto de 1.980

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e os municípios adiante mencionados, objetivando a construção de centros esportivos e outras obras correlatas nas sedes dos municípios signatários:

Município	data da celebração
Antonina	02/05/80
Antônio Olinto	02/05/80
Araucária	02/05/80
Balsa Nova	02/05/80
Campina Grande do Sul	20/11/79
Cândido de Abreu	02/05/80
Cascavel	02/05/80
Castro	31/10/79
Catanduvas	02/05/80
Cidade Gaúcha	02/05/80
Colorado	19/09/79
Cruz Machado	02/05/80
Cruzeiro do Oeste	02/05/80
Cruzeiro do Sul	02/05/80
Floraí	02/05/80
Flórida	02/05/80
Foz do Iguaçu	10/09/79
Francisco Beltrão	05/09/79
General Carneiro	02/05/80
Icaraíma	02/05/80
Inácio Martins	02/05/80
Irati	31/10/79
Iretama	02/05/80
Iretama	31/10/79
Mamborê	02/05/80
Mangueirinha	02/05/80
Matelândia	02/05/80
Matinhos	02/05/80
Palmas	12/09/79
Palmeira	04/12/79
Paranapoema	02/05/80
Pato Branco	05/10/79
Rebouças	02/05/80
Renascença	02/05/80
Rio Azul	02/05/80
São João do Triunfo	02/05/80
Santa Cruz do Monte Castelo	02/05/80
Santa Izabel do Ivaí	02/05/80
São Mateus do Sul	02/05/80
Siqueira Campos	02/05/80
Terra Rica	02/05/80
Toledo	02/09/79
Umuarama	02/05/80
Umuarama	28/08/79
União da Vitória	02/05/80
Uraí	02/05/80

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação.

reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador em exercício

- Ao Departamento Legislativo.

Mensagem nº 52/80

Curitiba, 13 de agosto de 1.980.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras e a união de esforços no sentido do maior desenvolvimento da cultura.

Município	Data da celebração
Bocaiúva do Sul	02/05/80
Campina Grande do Sul	26/09/79
Xambrê	25/10/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador em exercício

- Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o nº 142/80, do Senhor Nelson Travain - Coordenador da Micro-Região, no qual encaminha a este Poder, cópia do documento aprovado no Encontro de Trabalhadores Rurais, realizado no dia 25 de maio do ano em curso, contra a erradicação da fruta cítrica. "SITRAP", Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranavai. - Ciente. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. Marcos Henrique Bobato, ocorrido em data de 17 do corrente, vitimado por lamentável acidente automobilístico, na Cidade de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais, onde exercia as funções de Engenheiro Civil.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, residente a Rua Marcelino Champagnat, nº 82 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento ocorrido na data de ontem nesta Capital da PROFESSORA NAIR MACEDO.

A extinta exerceu as mais diversas funções na dignificante função de educadora de inúmeras gerações de paranaenses. Desde a função de Professora primária, Conselheira da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR - Diretora do Departamento de Ensino Primário da Secretaria da Edu-

ção, até o ensino particular.

A extinta deixou inúmeros pontos positivos para a evolução cultural e educacional da juventude estudantil de Curitiba e do Paraná, de tradicional família paranaense, sua morte foi sentida não só por seus familiares, mas também pelo professorado do Paraná e por aqueles que tiveram ventura de tê-la como professora e orientadora.

REQUER, outrossim, dê-se ciência do presente à família enlutada, na pessoa de seu irmão DR. ALCEU RIBEIRO DE MACEDO - Praça General Osório nº 400 - Conj. 1.002.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER um "VOTO DE APLAUSO" ao TOLEDO FUTEBOL CLUBE, parabenizando-o pela sua classificação para o octogonal final do Campeonato Paranaense de Futebol promovido pela Federação Paranaense de Futebol.

Requer, outrossim, o envio de expediente ao TOLEDO FUTEBOL CLUBE, comunicando o presente.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Após brilhante campanha na fase de classificação do Campeonato Paranaense de Futebol, o TOLEDO FUTEBOL CLUBE, que participa pela segunda vez do certame, repetiu o feito no ano de 1.979 e classificou-se para o octogonal final que decidirá o campeão paranaense de futebol.

A comunidade toledana mais uma vez uniu-se em torno do esporte e participou ativamente da campanha do TOLEDO FUTEBOL CLUBE, fazendo com que o clube fosse o 4.º que mais arrecadasse em todo o campeonato, bem como colocando a Cidade de Toledo como a segunda em média de arrecadação no certame paranaense.

O presente requerimento visa parabenizar atletas, equipe técnica, diretores e toda a comunidade toledana. E justifica-se principalmente porque o futebol é importante meio de divulgação de uma cidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao JORNAL DO NORTE PIONEIRO de Jacarezinho e ao seu Diretor Gideon Fagundes, pela passagem do 6º aniversário de circulação e da decisão, seja dado conhecimento àquele órgão de imprensa, sito à Rua Nevy Baldassani, 343, CEP. 86.400.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

O jornal do Norte Pioneiro há 6 anos vem trabalhando em prol da comunicação na região do norte pioneiro, levando até seus moradores, notícias das atividades do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes, solicitando urgente recapeamento da estrada que liga os Municípios de Sertãozinho - Primeiro de Maio, tendo em vista as precárias condições em que a mesma se

encontra, principalmente, a ausência de acostamento.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

A presente estrada liga dois importantes municípios na região norte do Estado. Dois municípios que em muito tem contribuído para o aumento da produção agrícola de nosso Estado.

Como forma de ilustrar tal afirmação, cito apenas os seguintes dados: somente no ano passado, o Município de Primeiro de Maio produziu 700.000 sacas de soja, 525.000 sacas de trigo; 400.000 sacas de café; 100.000 de milho.

Além destes dados muitos outros poderiam ser aqui citados, todavia, creio ser indispensável diante dos acima mencionados. A presente estrada é de mais elevada importância para o escoamento na produção agrícola dos municípios referidos.

Diante do atual estado que a mesma se encontra, entendendo que, além do desrespeito ao povo daquela região, que trabalha, que produz, constitui também em óbice para o livre escoamento da produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie TELEX ao Excelentíssimo Sr. Elizeu Rezende, Ministro dos Transportes, apelando para que seja concluído o "Anel Viário" de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Causou perplexidade à comunidade de Campo Mourão, município que possui em sua sede mais de 70.000 habitantes, a paralisação do Anel Viário na ligação da BR 369-Campo Mourão-Cascavel, visto que tal obra é de vital importância, motivado que todo o tráfego pesado para ITAIPU passa dentro do perímetro urbano causando inúmeros transtornos aos que lá residem.

Segundo notícias veiculadas pela imprensa fornecida pelos técnicos do DNER nenhuma obra foi paralisada, dentro do corredor de Itaipu, o que não é verdade, haja visto que a obra em referência está em compasso de espera dentro das determinações hoje vigentes do Governo Federal.

Portanto o nosso apelo é que esta obra tenha solução imediata para tranquilizar os municípios mourãoenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, o pronunciamento proferido pelo Deputado Alvaro Dias, no dia 19/06/80 na Câmara Federal.

Outrossim, requer, que do presente seja dada ciência ao aludido Deputado na Câmara Federal em Brasília.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ângelo Amaury Stabile, M.D. Ministro da Agricultura, no sentido de que a

Federação das Associações Estaduais dos Suinocultores do Brasil, FAESB, seja reconhecida oficialmente como entidade nacional de representação da classe dos suinocultores, bem como, que se lhe delegue as atribuições do registro genético.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Agricultura e Presidente da FAESB.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

1 - O desenvolvimento da suinocultura nacional atingiu um estágio que não mais admite ser representada por entidade criada e organizada praticamente para atendimento a nível estadual.

2 - A mudança de pólos de produção trouxe também a necessidade de um deslocamento da sede e organização da entidade representante da suinocultura brasileira.

3 - A presente pretensão se escuda principalmente nas manifestações das Associações Estaduais que em sua maioria se manifestaram pela mudança pleiteada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Nivaldo Almeida, Excelentíssimo Secretário dos Transportes apresentando a sugestão para elaboração de um projeto para construção de um aeroporto na cidade de Santo Antonio da Platina - PR.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) Palácios.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que Santo Antonio da Platina, hoje em pleno desenvolvimento, se tornou centro comercial do norte pioneiro, agrupando várias cidades ao seu redor, daí a necessidade premente da construção de um aeroporto, para dar atendimento, não só a taxa-aéreo, mas também a aviões particulares daquela cidade que são obrigados a operarem em outros municípios, com sérios inconvenientes, e por isso mesmo passou a ser a grande reivindicação do povo platinense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada solicitação ao Sr. NIVALDO DE ALMEIDA NETO, Secretário dos Transportes para a construção e pavimentação da ligação do Município de Três Barras do Paraná com a estrada que liga o Município de Quedas do Iguaçu a Foz do Chopim.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se plenamente pela grande produção agrícola do Município de Três Barras do Paraná e a necessidade de transportar esta produção, somando-se ao fato que esta rodovia servirá como integração da região Oeste e Sudoeste do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Nivaldo de Almeida Neto, Secretário dos Transportes,

solicitando providências para a reativação das obras no trecho Realeza-Capitão Leônidas Marques, bem como a construção da ponte sobre o Rio Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

A obra em questão é de relevante importância para os municípios acima mencionados, bem como servirá como integração das regiões Oeste e Sudoeste do nosso Estado, hoje responsáveis por mais de 40% da produção agrícola do Paraná.

A rodovia em questão diminuirá sensivelmente a distância entre as regiões, contribuindo eficazmente para a economia de combustível.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 109/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os órgãos da administração direta e indireta do Estado, somente poderão celebrar contratos, convênios ou outros atos assemelhados de conteúdo financeiro, inclusive liberar recursos, provenientes do Orçamento, com município cujo pagamento dos vencimentos do funcionalismo, das contas de fornecedores e empreiteiras, bem como do numerário correspondente às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, não apresentem atraso superior a sessenta (60) dias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19 de agosto de 1.980

a) Pinto Dias.

JUSTIFICATIVA:

Administrar um município é coisa muito séria. Felizmente, a maioria dos Prefeitos paranaenses eleitos no último pleito tem demonstrado grande liderança e alto tirocínio administrativo no cuidar da coisa pública. Porém, não são todos. Sempre existe aquela minoria que, desconhecendo os verdadeiros princípios da democracia, fazem de seu município seu reino e de sua população os vassallos.

É com tristeza que vemos que alguns municípios de nosso Estado estão em atraso com o pagamento de seus servidores. Isto vem acarretar uma série de dificuldades para os funcionários municipais. Esses funcionários além de receberem um baixo salário ainda por cima ficam sem receber durante meses, com prejuízos de grande monta e com suas famílias passando as maiores dificuldades.

Temos recebido freqüentes apelos de funcionários de certas Prefeituras do Paraná que já não conseguem suportar a situação. As dívidas a cada dia que passa vão aumentando e eles não possuem condições de saldá-las porque também não recebem. É uma verdadeira injustiça que se comete contra essa classe tão laboriosa e que acabará gerando reações altamente negativas diante dessa postura de má vontade de alguns Executivos.

É preciso compreender que o servidor público municipal é um herói anônimo que não mede esforços no sentido de contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade. É ele que atrás de uma mesa, cercado de papéis, mapas, reclamações, vai, com todo empenho, delineando novas perspectivas para o município. Se o Chefe do Executivo é o motor, ele constitui a engrenagem. Ele enfrenta todas as situações. Nas madrugadas frias, sob as intempéries do tempo, ele prepara a cidade para receber o novo dia. No interior do município, dirigindo pesadas motoniveladoras, ele vai sulcando o solo, abrindo novas estradas para o transporte das

riquezas de sua terra.

Este homem não pode ser desprezado pelas administrações municipais.

Por outro lado, também nos tem chamado a atenção o fato de que certas Prefeituras do Paraná estão deixando de saldar suas dívidas para com os fornecedores e empreiteiras, num verdadeiro descaso aos compromissos assumidos, causando, com isso, grandes prejuízos às firmas e à própria comunidade. O não cumprimento dessas obrigações, a falta de estímulo às firmas particulares acarretam situações melindrosas, de difícil solução. E toda a população perde com essas medidas. A falta de seriedade de certas administrações tem acarretado o desemprego de centenas de munícipes e o afastamento de firmas idôneas que outro objetivo não têm a não ser o de servir.

Mas, os erros não param aí.

Em certas localidades não tem havido aquela necessária e imprescindível cooperação entre Executivo e Legislativo. Esquecem-se os administradores daquele artigo da Lei Orgânica dos Municípios que estatui: "O governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas."

Dai, subentende-se a necessidade de um relacionamento perfeito entre Executivo e Legislativo para que as reais aspirações da população não se percam em debates infrutíferos e desavenças pessoais. O que vem ocorrendo em certas localidades é de se lamentar profundamente. São muitas as Câmaras Municipais que reclamam a falta de uma melhor atenção por parte do Executivo. Vários são os municípios paranaenses que estão em atraso com referência ao pagamento do numerário correspondente às dotações orçamentárias do Poder Legislativo municipal. Isto, de fato, gera situações políticas desagradáveis. Não se pode cercar o desempenho dos trabalhos legislativos com atitudes que nada produzem de positivo. Restringir as possibilidades financeiras do legislativo é ferir um dos princípios básicos do sistema. A Câmara Municipal, como poder constituído que é, tem que ter todas as condições para exercer suas atividades com respeito e dignidade.

Por esses motivos é que apresentamos este projeto de lei que tem por finalidade alertar os órgãos do Estado contra essas tristes situações. Para coibir os desmandos de maus administradores a única solução que encontramos é fazer com que o Estado não contrate mais com município em atraso com o pagamento dos servidores, dos empreiteiros e da Câmara Municipal.

Para concluir, lembramos aos maus Prefeitos: "Um governo que caminha para o despotismo marcha para a sua ruína: pois que isolando-se de todos, todos dele se isolam."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente. A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Dr. Raul Soleid, Diretor do Instituto de Previdência do Estado, IPE.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, na tarde de hoje, para encaminhar um requerimento ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Estado dos Transportes com o seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade urgente de execução de obras de recuperação da pavimentação e sinalização da Rodovia "Pedro

Viriato Parigot de Souza".

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1.980

a) Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

"Governar é construir estradas", afirmava Washington Luiz, "e conservá-las", acrescentamos nós.

Desde a pomposa solenidade de inauguração da Rodovia "Pedro Viriato Parigot de Souza", interligando os Municípios de Santo Antonio da Platina e Jaguariaiva, o Estado alheiou-se por completo quanto ao futuro daquela obra, à época, um atendimento às carências da região norte-paranaense.

No entanto, hoje o estado que se encontra a rodovia, é simplesmente lamentável. Já há quem diga sentir saudades do leito natural.

O registro de acidentes cresce numa seqüência assustadora, provocando elevados danos materiais a veículos e cargas, ferimentos e até mortes. A pista de rolamento é uma autêntica colcha de retalhos e a inexistência de sinalização, sem dúvida, é o fator principal na provocação de sinistros. Por outro lado, acentuados desníveis entre a pista asfáltica e as pontes sobre os rios ali existentes, também geram sérios transtornos aos motoristas.

Pecaríamos por omissão, caso não tomassemos a iniciativa de, através desse documento, dar ciência à Secretaria dos Transportes, cobrando de seu titular, as providências necessárias para que a Rodovia em tela, notadamente no percurso Pirai do Sul-Wenceslau Braz, volte a oferecer segurança aos seus usuários.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando à Secretaria dos Transportes um requerimento pedindo providências urgentes para evitar que os danos materiais continuem ocorrendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Fidecino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lí hoje, no "Estado de São Paulo", uma entrevista do eminente Deputado do Partido Popular do Mato Grosso, com assento na Câmara Federal, denunciando a Cooperativa Central Regional Iguaçu, com relação ao problema de Aripuanã. E acha estranho que a Cotriguaçu esteja se movimentando para promover a venda de um milhão de hectares que detém no Estado do Mato Grosso, no Aripuanã.

Ora, o Deputado daquele Estado parece ignorar o "affair", que está vinculando as especulações em torno de um grande negócio ou de uma grande negociata, relativamente à alienação daquelas terras. E procura ferir o sistema cooperativista do oeste do Paraná.

Não é verdade que o setor cooperativista deseja alienar aquela área. O que está ocorrendo — e isto sim, Sr. Deputado, é que o INCRA está forçando a venda da área, pelo valor da dívida, que não chega a ser 10 por cento do valor real daquele um milhão de hectares. E já se sabe, Sr. Presidente, que quando da ida do Presidente da COTRIGUAÇU a Brasília, com mais dois assessores da Central Cooperativista, houve uma triagem, para que somente o presidente Inácio Donel entrasse no Gabinete de Assessoria ou no Gabinete do Sr. Presidente do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, do INCRA, e os dois assessores que conheciam profundamente os aspectos de natureza jurídica, social, política e econômica da empresa e daquele negócio, porque eram os Diretores da COTRIGUAÇU, antes que essa diretoria fosse empossada.

E o que ocorreu é que dois assessores ficaram barrados na entrada. E o que é pior, Sr. Presidente, ali naquela reunião ficou acertado para que o Presidente da COTRIGUAÇU fosse se encontrar com os membros da Companhia Melhoramentos na Capital de São Paulo. Tanto é verdade, que até deixou os dois assessores em Brasília com avião da COTRIGUAÇU, tomou um avião de carreira e se encontrou em São Paulo, com o pessoal da Companhia Melhoramentos. E o que é pior, pouco depois desse encontro fatídico em São Paulo, o Sr. Paulo Yokota apareceu ali naquela reunião como quem não quer nada com a coisa, só para cumprimentar cordialmente depois saiu, e vazou na imprensa, de que a COTRIGUAÇU estaria já, ou melhor já teria firmado um protocolo de intenções, de caráter sigiloso e irrevogável. Transacionando a dívida existente, pelas terras que detém no Estado do Mato Grosso.

O que nós estranhamos, nós paranaenses, sobre tudo do oeste do Paraná, é que um Deputado daquele Estado, sem conhecimento de causa, ao invés de investir-se contra o INCRA, vem investir contra o Cooperativismo. Nós, aqui do Paraná, não podemos aceitar e queremos inclusive, concitar a Comissão Parlamentar de Inquérito, através da sua Presidência, da CPI do Cooperativismo, solicitar, requerer que seja também ouvido o Sr. Luiz Bosqueroli, que é o Presidente da Cooperativa Agropecuária de Cascavel, para que se possa fazer a acareação dos depoimentos deste Presidente, com o Presidente da Cotriguaçu, porque o que se nota, Sr. Presidente, é que, há um ligeiro disfarce em que esse negócio seja feito nas caladas dos Gabinetes ou nas caladas dos sigilos, e isto não pode ser permitido, Sr. Presidente, porque, os jornais, diariamente estão com negociatas — os jornais denunciam a transação de ações de hotéis que nem existem, e o Banco do Brasil toma encargo de ser acionista de hotéis de Empresas Multinacionais como é o caso dos hotéis 4 RODAS, e, essas negociações precisam e devem ser denunciadas.

Eu faço um apelo: já que a Câmara Federal, através da representação do PDS também, além do PMDB, está se movimentando, para que, no decorrer desta semana, tome-se depoimento do Sr. Inácio Donel e, conseqüentemente, já foi convidado para ir a Brasília, o Presidente da COPAVEL, Sr. Luiz Bosqueroli, para que também preste esclarecimentos à bancada Federal do Paraná, no Congresso Nacional.

Não podemos, Sr. Presidente, sob pena de comprometimento, com esta situação nos calar e, sobretudo porque não concordamos com este tipo de negócio que já vem sendo denunciado contra o Presidente do INCRA ou a Diretoria do INCRA, em âmbito nacional.

Sr. Presidente, faço aqui este apelo e também esta denúncia, para que as autoridades paranaenses tomem a iniciativa de assistirem o cooperativismo, sob pena de mais este setor do Paraná ser mais uma "pendenga" nas indecisões do Governo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Vereador Sr. José de Oliveira, da cidade de Cascavel.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Jurandir Messias, inscrito.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tudo que é imoral, todo ato que não encontra guarida na opinião pública, ou, qualquer ação ou medida que venha em detrimento de terceiros, por tomada de posição, leviana, deverá preocupar os Srs. Deputados, legítimos representantes da sociedade paranaense.

Nós nos referimos, Sr. Presidente, ao Campeonato Paranaense de Futebol de 1.980.

Se viemos até esta tribuna, foi porque, na qualidade de desportista, na qualidade de amante do esporte bretão deste Brasil, entendemos que as posições tomadas por clubes participantes do campeonato — e eu quero falar mais especificamente, do meu clube, do clube que, quando disputa as suas partidas, eu estou, faço parte da torcida, lá nas gerais, como um simples torcedor a mais, lá nas gerais, do Clube Atlético Paranaense.

Sr. Presidente, é do conhecimento público, através da imprensa escrita, televisionada e falada, que, os clubes concordaram que assinaram uma Ata na Federação Paranaense de Futebol, dando o seu aval, concordando, na íntegra, com a participação do Clube Toledo da cidade que lhe empresta o nome; se houve, Sr. Presidente, a concordância, não se justifica, hoje, esses mesmos clubes que não se classificaram entre os 8 e que deveriam, isso sim, quando se iniciou o campeonato, preparar os seus times, adquirir bons jogadores para que, ao final, não acontecesse o que está acontecendo, é a mesma coisa, Sr. Presidente, que — não comparando — após uma eleição da Mesa Diretora desta Casa, com base, com fundamento no Estatuto que rege este Poder, um Sr. Deputado perdedor querer “virar a mesa” aqui da Assembléia, e anular uma eleição. Entendemos, Sr. Presidente, que é por demais imoral e que o Clube Atlético Paranaense deveria isto sim, para os futuros campeonatos, se preocupar em montar um esquadrão digno do seu nome, digno daquilo que ele representa para o futebol do Estado do Paraná e não, Sr. Presidente, depois de fazer vexame, querer consertar por linhas travessas.

Sabemos também, que o Presidente da Federação, o digníssimo, honrado, honesto e trabalhador Presidente da Federação Paranaense de Futebol, o Dr. Mota Ribeiro, não aceitou o pedido de inscrição do clube Toledo e que este recorreu a JDD e que teve ganho de causa junto àquele órgão da Federação e, que conseqüentemente, o Dr. Mota Ribeiro teria que aceitar a inscrição do Clube Toledo. E, eu quero aqui registrar e quero também, dar o meu voto de confiança e de solidariedade a esse digníssimo, magnífico representante da Federação na pessoa de seu Presidente, Dr. Mota Ribeiro, que tem agido corretamente, que tem conduzido aquela Federação, com honestidade, com critério e com soberania. Eu que fui o seu opositor na sua 1.ª eleição, posso aqui estar bem a vontade para dizer que, realmente Mota Ribeiro é hoje, sem dúvida alguma, o melhor Presidente que passou pela Federação Paranaense de Futebol.

Fica aqui, Sr. Presidente, registrado o meu voto de desagravo a este Presidente, e fica aqui, Sr. Presidente também, a minha fala de inconformismo por estes atos que achamos por demais ilícitos e imorais, para clubes de futebol, que não fizeram o seu time, que não organizaram as suas equipes como fez o Toledo. O Toledo montou um time competitivo, o Toledo arrumou a sua equipe e por isso, ele está figurando entre os 8 primeiros do campeonato paranaense de futebol.

E, Sr. Presidente, “Dar a Cesar o que é de Cesar”: Dar ao Toledo o direito de continuar participando e que os clubes nos futuros campeonatos, quando das reuniões do Conselho Arbitral, que atentem mais para o problema, que sejam homens irresponsáveis e que, se conformem com sua situação e procurem disputar o próximo campeonato com mais dignidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Norte do Paraná viu, cheio de esperanças, a assunção

do Dr. José Hosken de Novaes ao Governo do Paraná. Mesmo transitória, por um prazo que alguns desejaram encurtar ao mínimo, sua passagem pela Chefia do Executivo Estadual criou a inevitável avaliação das qualificações pessoais e políticas do advogado e líder político que vem ocupando importantes postos no Paraná.

O Dr. Hosken de Novaes tem em Londrina uma situação singular: pertence a uma facção política definida, a ela se integra e por ela se tem batido, e tem dos demais partidos e movimentos políticos o aval da respeitabilidade e honorabilidade. Sua integridade moral lhe granjeou muitos amigos, sua grandeza, o respeito da totalidade da população. E isto é raro nos dias que correm. A noção de grandeza, em certas épocas da história, é borrada e ignorada devido aos usos e abusos que constituem o dia a dia do autoritarismo e seu reflexo sobre a população.

Assim, não é de admirar que em Londrina e em todo o Norte do Estado, grande parte da população tenha criado expectativas de que não é possível que em sua curta permanência no Governo do Paraná não seja assinalada por uma iniciativa, simbólica que seja, a respeito de algumas reivindicações regionais que há tempos esperam atenção.

O povo do Norte do Paraná não exige; apenas espera o ato simbólico, marcante, justo e necessário para ambas as partes, de reconhecimento mútuo, que defina as intenções e assinala a oportunidade.

Ouvindo todos os setores sociais, as lideranças comunitárias, enumeramos algumas reivindicações da região de Londrina e suas vizinhanças, para lembrança do Sr. Governador. São elas:

— AVENIDA BRASÍLIA — a rodovia de contorno, cuja duplicação é pleiteada há muito e que o povo batizou como “Corredor da Morte.” Esta é, entre outras, talvez a mais imperiosa, tantas vítimas e danos tem causado;

— HOSPITAL UNIVERSITÁRIO — sua dinamização e reforço. O H.U., que tem 706 funcionários e 300 médicos (entre residentes e internos), com uma média mensal de atendimento de 3.500 pessoas (entre não-contribuintes, do FUNRURAL e do INAMPS), mas com déficit mensal de 5 a 7 milhões de cruzeiros. Não é demais dizer que é um Hospital Regional, cumprindo na assistência e orientação médica, um papel que dignifica qualquer administração e deve ser visto como exemplo a ser disseminado pelo Estado e o País, em vez de comprimido, reduzido e até sabotado.

— INDUSTRIALIZAÇÃO: nos últimos quatro anos não foi implantada nenhuma nova indústria na área, que possui recursos para recebê-las. E Londrina hoje tem 50 mil desempregados, vítimas de um processo de acumulação populacional, marginalização e política econômica do Governo Central. Na pretendida descentralização de pólos industriais, Londrina aguarda os efeitos da política de estímulos industriais, de crédito e financiamento.

— 17.º DISTRITO SANITÁRIO: necessita de maior número de fiscais (hoje com apenas 6 ou 7) para atender uma população de 400 mil habitantes. Precisa também de viaturas para o exercício da fiscalização, além de melhores salários para os fiscais.

— REFORMAS DE ESCOLAS DO ESTADO: a má conservação faz diminuir a durabilidade dos próprios do Estado, além de reduzir a eficiência de seu uso. Educadores e pais esperam medidas de reparação e conservação das escolas estaduais.

— NOVO PRÉDIO DO FORUM — Sua Excelência, como advogado militante, sabe da importância das instalações do Forum, para a distribuição da Justiça. Há muito é reclamado novo prédio para o Forum de Londrina, mas a morosidade é irritante.

Em Cambé e também atendendo a vizinha Londrina,

há a necessidade urgente de agilizar algumas obras:

— **SUBDELEGACIA DE POLÍCIA DO JARDIM NOVO BANDEIRANTES:** a Prefeitura de Cambé já ofereceu o terreno, pois todos reconhecem a imperiosa urgência da criação desta subdelegacia.

— **TREVO:** ainda em Cambé, há o reclamo da população para que seja criado o trevo na entrada da cidade (no sentido Londrina-Cambé), que dá acesso à Avenida Inglaterra. Os atropelamentos e acidentes de vários tipos deixam a população apreensiva e temerosa.

— **CENTRAL TELEFÔNICA:** também a Central Telefônica do Conjunto Residencial Castelo Branco, em Cambé, precisa ser agilizada, estranhando-se a demora nessas providências tão esperadas.

A cidade de Ibiporã também faz suas reivindicações:

— **GINÁSIO DE ESPORTES:** Ibiporã aguarda o seu Ginásio de Esportes e Cultura, com sua poderosa propaganda. A população aguarda sua vez, para ter mais um centro de reunião esportiva e cultural.

— **EROSÃO:** Ibiporã também espera verbas para o combate à erosão, antes que o fenômeno se torne praticamente irreversível em alguns pontos. Já foram pedidos recursos à SUCEPAR.

— **ESTRADA:** há desalento com a estrada que liga Ibiporã à Sertãozinho, pois o asfalto não foi concluído. A obra está parada há mais de um ano, porém há esperança de que a estrada seja concluída.

Sabemos que o novo Governador não terá tempo para exigir e fazer cumprir o atendimento a essas reivindicações da região de Londrina; e também que existem programas e cronogramas de obras - é verdade que nem todos prioritários ou com prazos rigorosos. Mas, acreditamos que a autoridade política e moral do Dr. Hosken de Novaes pode, com toda a certeza, rever as prioridades em curso, testar sua efetiva justiça, e superar alguns particularismos e preferências de mando político que afastaram as pretensões do Norte do Paraná para o plano secundário.

O Norte do Paraná, em verdade, quer apenas justiça.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou dando entrada num requerimento e peço o apoio dos demais companheiros de Casa, porque surgiu no Congresso Nacional um projeto de lei que na minha modesta opinião vem prejudicar totalmente o futebol brasileiro. Foi feito por um Deputado que não lida o dia a dia com o futebol, conseqüentemente desconhece fatos que poderão ser prejudiciais ao bom andamento do desporto nacional. Trata-se do projeto de lei de autoria do Deputado Herbert Levy, que visa transformar em multas todas as punições a que se sujeitam os jogadores de futebol e dirigentes esportivos, quando ocorrem em faltas disciplinares. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios aos Srs. líderes das bancadas do PDS, PMDB, PP, PTB e PT no Senado e Câmara Federal, sugerindo a não aprovação do projeto de lei de autoria do Deputado Herbert Levy, que visa transformar em multas todas as punições a que se sujeitam os jogadores de futebol e dirigentes esportivos quando ocorrem em faltas disciplinares.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1980

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

O mundo esportivo está preocupado com o projeto de lei em referência, que poderá provocar as piores conseqüências

nos certames locais, regionais ou nacionais. A preocupação maior está no fato de que o projeto já passou, e foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado.

Antes que entre na Ordem do Dia, para discussão no Plenário, estamos apelando aos Srs. líderes para que, em conjunto com suas bancadas, estudem com a maior profundidade possível tal assunto, pois se consumada tal determinação, estará praticamente decretada a imoralidade no futebol brasileiro.

O autor do projeto (Deputado Herbert Levy, do PP) foi motivado quando observou a ilegalidade flagrante que é privar qualquer trabalhador do exercício de suas funções e o provimento de seu sustento. Uma justa motivação, mas sem qualquer fundamento quando se trata do jogador de futebol ou especificamente do diretor de futebol. Quando qualquer um deles é suspenso por agressão, jogo violento ou qualquer outra infração prevista no Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, não fica automaticamente determinada a interrupção de seu contrato e a perda temporária do seu salário. Vários jogadores que ficaram suspensos até mesmo por um ano (Brito, Serginho e tantos outros) continuaram recebendo normalmente.

Socos na cara do juiz e pontapés nas canelas dos adversários terão seus preços tabelados. Dá-se um soco e paga-se a multa. Mais um soco (em outro jogo), nova multa, e por aí afora. Ninguém pode negar que estarão aparecendo dirigentes sem escrúpulos para financiar jogadores ou mesmo se especializar na função de surrar árbitros. Tudo em troca de dinheiro. A profissão de jogador de futebol é cercada de violenta carga emocional. Com uma lei amena, beneficiando os infratores, certamente será favorecida a exacerbação dos sentimentos.”

Por isto, mais uma vez, apelamos aos demais companheiros de Casa, para que aprovelem este requerimento, com esta sugestão aos líderes da bancada do Senado e Câmara Federal, para que não aprovelem esta lei de autoria do Deputado Herbert Levy, porque é altamente prejudicial ao futebol nacional. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por reiteradas vezes esta tribuna tem sido ocupada por eminentes Srs. Deputados, para denunciarem que o Paraná, de há muito, perdeu seu prestígio junto ao Governo Federal. Que o Paraná, muito embora detenha apenas 2,4% do território brasileiro, que produz quase 30% de toda a produção de grãos, é relegado ao segundo plano pelo Governo Federal.

O Paraná que hoje não tem Ministro à integrar o seu Governo, lá em Brasília, demonstra que está com o prestígio realmente abalado, junto ao Governo Federal. Digo isto, Sr. Presidente, porque com as minguadas obras rodoviárias, atualmente hoje realizadas pelo Governo Federal, aqui no Paraná. Digo minguadas, porque praticamente não as existem. Mas as poucas que aqui estavam sendo realizadas, vem uma ordem de Brasília e as mesmas são paralisadas, para apreensão do povo paranaense. É rodovia de suma importância. E eis que hoje mais uma que tomamos conhecimento e que já está paralisada há dias, que é o contorno rodoviário da cidade de Campo Mourão. E hoje ao lermos o jornal “O Estado de São Paulo”, os técnicos do DER dizem que nenhuma obra rodoviária, que esteja incluída no corredor de Itaipu, está paralisada. Jogam para a imprensa nacional, uma inverdade, uma mentira. Porque oanel viário de Campo Mourão está incluído no corredor de Itaipu, haja vista de que o terminal ferroviário de Itaipu está sediado em Maringá. Todo o tráfego pesado para Itaipu, hoje passa por dentro da cidade de Campo Mourão, causando sérios transtornos para o povo daquela comuna paranaense.

É por isso, Sr. Presidente, que encaminhamos um requerimento à Mesa, solicitando o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, apelando para que aquele

Anel Viário tenha solução de continuidade para tranquilidade de Campo Mourão e que o Paraná, através do seu Governo, apele para os reais interesses do povo do Paraná. Porque o seu prestígio, pelo que se demonstra realmente está abalado, porque o Paraná não está sendo prestigiado, pelo Governo Federal. O Paraná não está recebendo as obras a que tem direito. E nós usando o canal que nos compete, estamos aqui, desta tribuna, encaminhando este requerimento e apelando para que o Anel Viário de Campo Mourão volte a ser concluído. Voltem as obras a serem movimentadas, para que aquele povo tenha um pouco ressarcido o seu suor e o seu trabalho, que estão arrecadados em Impostos e não os recebe de há muito do Governo Federal.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Prefeito de Atalaia, Serafim José Rodrigues, bem como do Sr. Presidente da Câmara, Donato Giglio.

No Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós já dissemos reiteradas vezes nesta Casa, de que consideramos a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná um Fórum de debates. O local onde os representantes do povo dão vazão, não só aos seus sentimentos políticos, com enfoque individual de cada um, para os diversos problemas nacionais; não só políticos mas também econômicos. E a bancada do PDS nesta Casa, apesar de majoritária, tem tido um comportamento que se enquadra dentro desta filosofia, que é de considerar esta Casa, como palco de debates democráticos e como veículo de divulgação do pensamento do povo paranaense.

Na sessão de ontem, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, ainda ouvimos, pacientemente, o nobre, culto e ilustre Deputado Gernote Kirinus estabelecer uma verdadeira Catilinária contra o Governo Federal, por receber, em seu solo pátrio, o Presidente da República vizinha e amiga, da Argentina, retribuindo dessa forma, as atenções, as honrarias, as delicadezas, as homenagens com que foi cumulado pelo povo da Nação irmã e pelo seu Governo.

Todos sabem que o objetivo dessa viagem é meramente comercial, todos sabem das dificuldades imensas com que se debatem hoje, os países em desenvolvimento, e o Brasil busca, entre os seus vizinhos, pelo menos entre os seus irmãos da América Latina, aquele entrosamento que é necessário para que, irmanados, possam vencer os dias difíceis que estamos vivendo e que se avizinham como piores ainda, para a economia do mundo ocidental.

Ouvimos pacientemente, não oferecemos apartes porque consideramos, realmente, esta Casa, um fórum de debates, achamos que o Deputado da Oposição, dentro do seu enfoque, pode considerar inamistosa essa visita, pode até investir contra o Governo brasileiro pelo fato dele receber em nossa casa, um Presidente, um Presidente de uma Nação, não nos interessa a forma como ele chegou à Presidência porque nós aprendemos, desde o início da nossa vida pública, a adotar, pelo menos, u'a máxima Marxista — é a da auto-determinação dos povos; achamos que, cada povo tem o Governo que bem mereça ou que deseja ter, então, não nos compete analisar se o povo boliviano, se o povo peruano, se o povo paraguaio, se o uruguaio, se o argentino tem o Governo que ele deseja, que ele quis ou, que as circunstâncias lhe impuseram, isto é uma questão interna de cada país em que, no nosso entendimento, não nos compete inmiscuir.

Assistimos, também, até uma tentativa, do nobre Deputado que ocupou ontem a tribuna, de, justificar o regime comunista de Cuba, a ditadura cubana, até a tentativa de Sua Excelência justificar, que, é uma ilha com apenas 10 milhões de habitantes, e que exporta 10 bilhões, ou, 9 bilhões de dólares, eu não me ative bem aos números mas, me ative à tentativa que Sua

Excelência fez, de justificar aquele regime e, à promessa que Sua Excelência fez, de, vir a esta tribuna e dizer que aquele regime é melhor que o nosso. Nós estaremos aguardando que Sua Excelência o faça, para lhe darmos a resposta.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Somente para fazer um reparo, Excelência: nobre Deputado, eu dizia ontem, e inclusive as notas taquigráficas desta Casa poderão registrá-lo, de que, a avaliação da exportação da ilha de Cuba com 10 milhões de habitantes, em comparação ao Brasil, seria, do Deputado Emídio Peronde, em jornal, "Folha de São Paulo", e também na Rádio Guaíba, Deputado Federal que também esteve em Cuba e que é do PDS; por outro lado, acredito, nobre Deputado, que considerar de que o povo da Argentina mereça um Governo do tipo de Videla, é uma forma um pouco antidemocrática, dado a forma como ele chegou ao Poder; também discordo plenamente de que seja meramente uma visita do tipo comercial, porque está aí a Lei do Estrangeiro, está aí, em 74, a Doutrina de Segurança Nacional...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu apenas pediria a Vossa Excelência, que não fizesse um discurso paralelo. Esse pensamento de Vossa Excelência é subjetivo. Vossa Excelência entende que a visita do Presidente da Argentina tem relação com o Estatuto dos Estrangeiros, nós, entendemos de forma diferente, são pontos de vista diferentes.

Eu devolvo o aparte a Vossa Excelência, mas, por favor, não faça um discurso paralelo.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, só para registrar, de que existe profunda conexão entre esses dois episódios e a gente, poderá inclusive, numa análise da história, relacionar um fato com outro e, é assim que a gente chega à luz do entendimento das coisas.

Eu acredito, que peca Vossa Excelência, quando afirma que é o Governo de Videla, é o Governo que o povo da Argentina merece, e que o povo argentino deseja esse Governo. Esse Governo chegou ao Poder através de uma força, através de um meio ilegítimo, como todos os Governos nesse Cone Sul. Portanto, eu só gostaria de fazer esses dois reparos para não lhe roubar mais tempo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência e se Vossa Excelência após este pronunciamento ler as notas taquigráficas, não vai encontrar essa afirmativa que eu disse que o povo argentino tem o Governo que merece. Eu confio muito na auto-determinação dos povos, aliás, é a única máxima comunista que eu aceito, é a auto-determinação dos povos. Cada povo tem o Governo que merece ou que ele deseja ter. não me referi especificamente ao povo argentino.

Mas, Sr. Presidente, não era este bem o motivo que nos trouxe à tribuna. O motivo foi me referir às indelicadezas emitidas pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, em explicações pessoais no final da semana passada, ao declarar o seu voto num requerimento de autoria do nobre Deputado Romero, que solicitava informações ao Tribunal de Contas do Estado.

Nós, não contestaríamos o pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi, sobre a votação desempatada pela Presidência da Mesa, com o "Voto de Minerva", não contestaríamos, dentro daquele espírito em que nós vemos o Poder Legislativo, onde cada um age de acordo com a sua consciência.

Não fosse os termos injustos, atrevidos e desrespeitosos, endereçados por aquele Parlamentar ao seu colega que presidiu aos trabalhos, afirmando ser este, textualmente, desqualificado para tal exercício.

Entendeu o nobre Deputado da Oposição, que ao desempatar a votação, deveria necessariamente, acompanhar a intenção da sua bancada, que era de fazer aprovar as informações.

Ora, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Em nome de uma obrigação ética, inventada tão somente, pela mentalidade

oposicionista e atrevida do Deputado Nilso Sguarezi. Não conheço tradição ética nesta Casa, com relação ao "Voto de Minerva".

Inventou também, uma tradição sem exemplos, uma ética inexistente, uma tradição sem exemplos que afirmou existir nos Parlamentos brasileiros. Injurio o Deputado, o exercício da Presidência, isto sim, um ato de deslusto ao prestígio deste Poder, sem fundamento algum. O pronunciamento do nobre Deputado Nilso Sguarezi, se não o de ofender, como aliás, ele tem sido useiro e vezeiro, nesta Casa, que chega até a perder o fôlego na tribuna na ânsia de ofender, de menosprezar os seus companheiros.

Existisse, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, realmente, a obrigatoriedade de honra, de ética, de coerência e de tradição, no chamado voto de desempate, esse voto então seria absolutamente desnecessário.

A Presidência seria um cargo decorativo nas votações e seu ocupante um mero proclamador de resultados. A vingar a tese esdrúxula, absurda, malcriada e atrevida do nobre Deputado Nilso Sguarezi, o cargo de Presidente da Casa seria meramente democrático.

Não há Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem na tradição e nem na Resolução n.º 5/71 que disciplina o voto de desempate, qualquer indicação de como deva uma matéria ser votada pela Presidência, senão a presunção de que o Deputado em exercício da Presidência o fará de acordo com a sua consciência, sem dar satisfações a quem quer que seja a não ser ao povo que o conduziu a esta Casa.

Não só, Sr. Presidente, consciência humana, mas também consciência política, porque esta é uma casa política, porque esta é uma casa política quer queiram, quer não queiram os Membros da Oposição. Estivesse na Presidência dos trabalhos um Sr. Deputado, Membro da bancada da Oposição, certamente votaria em favor da postura de sua facção e nada mais do que natural. Porque quando o PMDB possa assumir esta Presidência, os destinos da Nação ou do Estado tomem as suas decisões políticas de acordo com as suas facções políticas.

Essa é a lei da política, é a lei da vida. Já se disse que Governo é Governo, Oposição é Oposição.

Não adianta o nobre Deputado Nilso Sguarezi xingar Membros da bancada do PDS, apenas porque esses Membros não se rendem às posturas desejadas por bancadas adversárias.

Também um registro muito triste: o nobre Deputado Deni Schwartz investiu também contra um Sr. Deputado que é uma das honras do Poder Legislativo do Paraná. Um homem que só dignificou este Poder ao longo da sua vida, da sua longa carreira política, da sua vida pública. Um homem que tem se constituído num padrão de decência, de dignidade, de postura democrática, de companheirismo, de coleguismo, de educação. Um homem cujo comportamento na vida pública eu gostaria que um dia meu filho seguisse, que é o nobre Deputado Paulo Camargo.

Vem o Deputado Deni Schwartz e o ataca de uma forma impiedosa dizendo, afirmando que o nobre Deputado Paulo Camargo tem duas posturas: primeiro, porque tinha votado favoravelmente ao requerimento, depois, a pedido da liderança do PDS, mudado o seu voto. Uma inverdade, uma injúria, uma infâmia.

Apenas informei ao nobre Deputado Pinto Dias e ao nobre Deputado Paulo Camargo que o que se estava votando não era o Pedido de Informações do nobre Deputado Mário Celso. Este eu havia retirado instantes atrás. Mas sim, um Pedido de Informações sobre a estrutura do Tribunal de Contas do Estado, Pedido de Informações totalmente inócuo, porque aquele Tribunal é um órgão auxiliar deste Poder e todos os Srs. Deputados que compõem este Poder têm o dever moral de conhecer a sua estrutura administrativa.

Se nós votamos contra o requerimento foi tão somente

por esse detalhe. Porque nós não apoiamos, porque nós não damos o nosso aval a possíveis irregularidades que se praticam dentro daquela Corte. As denúncias contidas numa revista de circulação nacional não serviram para nos influenciar a votar favoravelmente a um requerimento que nós considerávamos inoportuno, exatamente por este aspecto. Bem como se criticou acadamente outro Deputado que já ocupou até a governança do Estado, embora em caráter transitório, mas que também pela sua passagem digna na vida pública e nesta Casa, merecia também o respeito pelo menos.

Chamou-se de incoerente o nobre Deputado João Mansur, por ter votado favoravelmente aquele requerimento.

São estes episódios e em cada episódio destes reconhecemos que cabe a facção derrotada esperar. Que o faça, porém em termos, não na maneira ofensiva como procederam os nobres Deputados Nilso Sguarezi ...

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — ...e Deni Schwartz. Já darei o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilton Friedrich — Gostaria, muito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Afirmando que um de nós, no caso o nobre Deputado ... não adianta Vossa Excelência bater na mesa, darei o aparte quando achar que devo dar.

O Sr. Nilton Friedrich — Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Da maneira ofensiva como procederam os nobres Deputados Nilso Sguarezi e Deni Schwartz, afirmando que um de nós, no caso o Deputado Tércio Albuquerque é desqualificado para exercer a Presidência.

Todos nós, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, estamos qualificados a exercer a Presidência desta Casa, pela representação que o eleitorado paranaense nos conferiu e, desta qualificação, não é arbítrio algum dos Srs. Deputados desta Casa, quanto menos o Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência me concede um aparte?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Concederei primeiro ao Deputado que me solicitou anteriormente Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência não precisaria ter feito da tribuna os elogios aos eminentes Deputados Paulo Camargo e João Mansur, porque o Paraná os conhece.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas foi iniciativa própria, porque não preciso pedir licença a ninguém.

O Sr. Deni Schwartz — De outra parte, fica uma palavra contra a outra. Testemunhado pelo Deputado Pinto Dias, presente nesta sessão, me foi dito pelo nobre Deputado Paulo Camargo que havia se abster de votar, porque Vossa Excelência teria dito a ele, Paulo Camargo, que no requerimento havia nomes de pessoas, mais especificamente do Sr. João Feder e que, por isto, estava votando contra porque não seria justo que num requerimento constasse nomes de pessoas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Realmente, é uma palavra contra a outra.

O Sr. Deni Schwartz — Com testemunho do Deputado Pinto

Dias. Posteriormente Vossa Excelência me disse o seguinte - não sei se em tom de brincadeira ou não, mas como acho que esta Casa é séria e Vossa Excelência é sério, Vossa Excelência disse o seguinte. - não, não foi assim que falei. O que falei é que este requerimento iria mexer nas contas de todos os ex-Governadores, as palavras são de Vossa Excelência, inclusive do nobre ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que nós honramos. E que isto teria feito o Deputado Paulo Camargo se abster de votar. Foi por este fato. E eu ainda disse a Vossa Excelência que o Sr. estava no seu papel de líder.

Mas como consideramos esta Casa séria, e acredito que Vossa Excelência também assim o considere, que fatos lamentáveis como este fazem com que num próprio jornal, do inte-

rior, como "O Paraná", se publicasse anteontem de que fatos como o ocorrido na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é que fazem o descrédito do político; porque estávamos abrindo mão dos nossos direitos. Talvez Vossa Excelência não tenha inserido em seu pronunciamento de hoje o seguinte: este Deputado também disse neste aparte que esta Casa está podre, enquanto esta Casa não se submeter à Constituição e mandar as suas contas para que o Tribunal as examine, não temos a autoridade de falar em nada, e foi aí que entrou o Deputado João Mansur que, há poucos dias, nobremente, se manifestava de acordo com o PDS da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que exigia que o Sr. Presidente tomasse medidas contra as mordomias; e nós o apoiamos. E quando aqui nesta Casa se procura alguma coisa no sentido de também moralizar este Paraná, o que ocorre? Ficamos e segundo já falei, a procurar votos para lá ou para cá, quando a unanimidade deveria exigir a prestação de contas daquele Tribunal como também a unanimidade deveria não prestar contas, mas mandar as nossas contas, conforme manda a Constituição, para o exame daquela corte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O aparte de Vossa Excelência para mim não esclareceu nada, porque Vossa Excelência está entrando novamente no mérito de uma matéria vencida. Estou apenas verberando em nome de nossa bancada, as indelicadezas proferidas contra o vice-Presidente da Casa, no exercício da Presidência, sem entrar, como já disse, no mérito do requerimento.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o seu aparte e estranho que Vossa Excelência argumente, que é matéria vencida no responder o aparte, quando o móvel do seu pronunciamento seria então matéria vencida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A indelicadeza jamais é matéria vencida. O mérito do requerimento que é matéria vencida.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência também diz que veio por iniciativa própria, elogiar quem quiser. Então me parece que cabe também a Nilso Sguarezi, a todos os demais que poderiam ter se pronunciado, dizer o que disseram. E faço aqui uma referência clara. É lógico que a tradição do Parlamento é fazer com que a Presidência tenha atitude de Magistrado. E o Magistrado não pergunta: se o que está em discussão é a matéria da maioria ou da minoria. Porque o que interessa e que há por tradição, nos Parlamentos sérios - e talvez aí Vossa Excelência tem razão, porque nos últimos tempos nós não temos tido isto no País.

Temos tido maiorias silenciosas a aprovar a tutela do Executivo maior. E por esta razão esta tradição se perdeu no Brasil, porque...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Permita Vossa Excelência interrompê-lo para uma pergunta: — Vossa Excelência pode me citar um voto de desempate proferido por um Presidente de Legislativo neste País, baseado na tradição? Se Vossa Excelência me citar um exemplo, e me trazer dados, me curvo aos seus argumentos e do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilton Friedrich — Todos os exemplos que nós temos ao longo da História, não agora a recente do Brasil, porque este Parlamento Vossa Excelência sabe que é castrado, porque assim o Executivo determinou, e na verdade, não só aqui no Brasil, nós sentimos. Como vemos, por exemplo, uma maioria de um partido democrata nos Estados Unidos se rebelar contra uma decisão já tomada pelo Executivo. Inclusive em questões internacionais, de expressão como o acordo "sal III". Mas isso se faz num Parlamento que respeita a opinião, inclusive de minorias. E na verdade, quem indaga tem que ter a predisposição do magistrado, de obter a resposta. Eis aí a questão, quando se indaga do problema do Tribunal de

Contas, gerou-se dúvida e o Presidente de um Parlamento tem a obrigação, de nesse instante, ser o magistrado e acima de tudo, dirimir a dúvida e valorizar a indagação. Porque para isso veio de uma minoria. E se a maioria não quiser saber, ela tem maioria para deixar de votar ou aprovar. E aí eis a questão também que surge, que o que é o expediente do esvaziamento seguido do Parlamento, é um expediente de minorias, porque a maioria tem a matemática. Há 34 contra 24 e acabou a história. Não precisa usar de um expediente, que é caracteristicamente um expediente tradicional das minorias parlamentares, por isso também acho estranho essas colocações e as agressões de Vossa Excelência, ao Deputado Nilso Sguarezi, que me parece que tentou aqui recompor um pouco da tradição de todos os Parlamentos não só do Brasil. Mas não do Parlamento que anos recentes deste País, que nós sabemos, que este é um apêndice, que este sim, não é um Parlamento sério e condizente que passou a ser um Poder auxiliar do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que sempre honra qualquer orador, que Vossa Excelência jovem Deputado é um moço realmente estudioso, culto, mas foi vazio no aparte, porque repetiu os mesmos argumentos vazios e, reptados a citar um exemplo dessa tradição que obriga o Presidente a dar voto, dar determinado voto em matéria empatada, Vossa Excelência caiu no vazio e não deu exemplo algum, apenas investiu novamente contra o Poder Legislativo chamando-o de castrado, chamando-o de maioria silenciosa...

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência não precisa de exemplo, o bom sendo é uma característica das pessoas equilibradas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E Vossa Excelência ainda peca pela base, porque, não era uma matéria de interesse de Governo, a questão era aberta dentro da bancada, e 18 votaram a favor, 18, contra. Onde a minoria, e onde a maioria? Vê como Vossa Excelência não tem argumento suficientemente forte para que possamos mudar o nosso pensamento com relação ao Voto de Minerva?

O Sr. João Mansur — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado Erondy Silvério, quero cumprimentá-lo pela firmeza com que Vossa Excelência está usando da tribuna nesta tarde, e lamento que o nobre Deputado Deni Schwartz por quem nutro uma enorme admiração, tivesse, numa sessão em que estive ausente, me qualificado de incoerente.

Vossa Excelência, nobre Deputado Erondy Silvério, esta Casa, todos me conhecem através de trinta anos de vida pública, sempre pautando os meus atos com equilíbrio e com dignidade, e não vejo, na votação do requerimento do nobre Deputado Romero Filho, incoerência alguma; manifestei-me várias vezes nesta Casa, contra as mordomias e contra o Modelo Econômico do Governo brasileiro. O requerimento do nobre Deputado Romero Filho pedia informações sobre a estrutura do Tribunal de Contas, e Vossa Excelência foi explícito quando disse que é obrigação de toda esta Casa, conhecer a estrutura daquela Corte de Leis, porque é uma Casa que presta assessoria à Assembléia Legislativa do Paraná, de modo que, votei contra um requerimento que pedia informações sobre a estrutura, não falava em mordomias, mas, quando a Oposição nesta Casa apresentar uma denúncia concreta de mordomia, tenho certeza que, toda a nossa bancada estará votando junto com a Oposição. Há mais de seis meses, convoquei diversos Deputados da Oposição, de todas as bancadas, para que nós formássemos uma mesa-redonda, o Poder Legislativo do Paraná, e discutíssemos mais de perto os problemas que vêm corroendo a economia do povo brasileiro e levando a todos os lares, à indústria, ao comércio, à lavoura e à pecuária, grande preocu-

pação, para que nós debatêssemos aqueles pontos que nós entendêssemos, críticos, e formássemos um ideário para levarmos a todas as Assembléias do Brasil, e fazer chegar ao Presidente, ao Governo Federal, para sensibilizá-lo, contra as mordomias, contra os jatinhos executivos, contra as nomeações indiscriminadas, contra o esbanjamento do dinheiro público e até hoje, não encontrei de parte da Oposição, essa manifestação. Não estou aqui, Deputado Erondy Silvério, para votar requerimento de Pedido de Informações para promoção pessoal de quem quer que seja, mas, estou aqui, no quinto mandato, eleito pela vontade popular, para defender os interesses daqueles que confiaram em mim. Assim tenho feito durante trinta anos de minha vida pública e assim continuarei agindo, em meu nome, como filho do Paraná, como brasileiro, como homem que respeita e quer acima de tudo, o engrandecimento do Poder Legislativo do meu Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e faço um apelo aos nobres Srs. Deputados da Oposição nesta Casa:—

Que, nós temos ouvido com paciência, temos apoiado até na sua maioria, as teses levantadas pela Oposição, compreendemos o papel importante que a Oposição desempenha na vida democrática da Nação e nos Paramentos, nas Casas Legislativas do País, o que nós não podemos aceitar, é que, a cada pronunciamento, a cada votação em que a Oposição realmente leve desvantagem, procure agredir pessoalmente a nossa bancada ou um dos Membros da nossa bancada.

Ainda há dias, a "Gazeta do Povo" publicou uma manifestação do Deputado Nilton Friedrich, na qual Sua Excelência acusava a bancada do PDS de exercer recursos de minoria, retirando-se do plenário, para evitar "quorum".

Então pergunto: determinadas táticas parlamentares, sem ir-lhes ao mérito, é claro, podem ser adotadas por uma bancada e por outra não? Esqueceu o nobre e jovem Deputado, que as representações de outras bancadas que não o PDS, mais os Membros da Mesa, quase formam o "quorum" necessário para votação de matéria, se incluir 2 ou 3 Deputados descontentes, com acontecimentos políticos dentro de nossa bancada, formam praticamente a maioria? Será que a Oposição esqueceu isso?

É só arregimentar os Deputados, se isso não ocorre, é porque não há capacidade na Oposição de arregimentação de "quorum" necessário. Eu acho que a ausência da bancada majoritária no plenário deveria ser festa para a Oposição, e jamais motivo de protesto, de agressões públicas como temos sofrido.

Sr. Presidente já termino. Neste minuto, quero consignar a nossa solidariedade ao companheiro injustamente agredido. E para não passar o recibo do silêncio às incoerências da Oposição, foi que usamos desta tribuna.

Ao final, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, queremos reafirmar, ninguém é qualificado para desmentir a lógica, voto de desempate é feito para desempatar. Quem tem o arbítrio de desempatar, tem mais uma opção a escolher, como a verdade das coisas deve ser mudada, só porque a Oposição o quer.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado ao PDS, concedo a palavra nos dez minutos ao nobre Deputado Gilberto Carvalho e os cinco minutos restantes, ao nobre Deputado Palácios.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, pretendo utilizar do horário reservado à Liderança do Partido, apenas cinco minutos e deixando os dez minutos ao ilustre companheiro Deputado Palácios.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias, nós

vimos, ataques à administração de prefeitos municipais. E hoje, deparamos com as dificuldades que os prefeitos às vezes enfrentam nas suas administrações, muitas vezes com honestidade, procurando sempre o bem do município e são obrigados dispensar certas exigências para poder bem administrar os seus municípios.

E trajo hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma denúncia contra este monopólio que pretende a companhia de Cimento Itaú do Paraná S/A.

Há pouco tempo, a Secretaria dos Transportes fazia uma licitação para fornecimento de cimento destinado ao atendimento aos municípios no convênio pró-safrá. Nesta licitação, nenhuma das Companhias instaladas no Paraná se habilitou e se via obrigada a Secretaria dos Transportes, fazer a carta convite. E, para surpresa, recebeu a comunicação da Companhia, a Cimento Itaú do Paraná S.A., dizendo poder fornecer os 606.000 sacos de cimento com o transporte do produto, sob a responsabilidade da companhia.

Talvez, para compensar preço. E hoje, nós verificamos que o município tendo o cimento para retirar na minha Região 606.000 sacos de cimento, foi exigido que viesse um cheque visado no valor de quarenta e cinco mil cruzeiros antecipadamente, sem o que não seria fornecido esse cimento.

Veja bem a dificuldade que tem o prefeito, que me disse ter condições de transportar este cimento por vinte mil cruzeiros, e tem que trazer um cheque visado se quiser recebê-lo.

Estou encaminhando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento, pedindo o apoio desta Casa, fazendo um apelo à SUNAB, para que tome providências junto à Companhia de cimento visando sanar essa irregularidade, dando condições de que os municípios possam continuar a sua administração, fazer as suas construções sem o prejuízo da falta desse produto tão importante para a construção de obras municipais.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, pediria a Vossa Excelência que aguardasse só a leitura do requerimento e em seguida, com todo o prazer concedo o aparte a Vossa Excelência. — (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo à SUNAB, no sentido de intervir junto à Cia. de Cimento Itaú, que através de exigência no monopólio do frete, vem explorando os municípios para entrega de cimento de convênios do PRÓ-SAFRAS às Prefeituras, cobrando preço exorbitante do frete, talvez com uma compensação de preço, quando as Prefeituras deveriam ter opção para transportar ou escolher a transportadora que ofereça melhor preço, como é obrigação das Prefeituras através de licitação.

As Prefeituras hoje para receberem o cimento têm que trazer cheque visado, antecipado, referente ao valor do frete.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO."

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós vemos Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência trazendo um assunto muito sério. Porque como é do domínio público, as Prefeituras estão lutando para que o Estado, para que as comunidades, para que as comunas tenham melhores estradas, melhores vias de acesso. E não seria essa companhia de cimento que procura explorar as Prefeituras que apenas estão levando para as suas cidades, os prefeitos que lutam e que têm os seus veículos próprios, levando este material importante, este material comprado e pago pelo Governo do Estado em convênio com o Governo Federal.

O requerimento, desde já tem o nosso apoio. O seu requere-

rimento e o seu pronunciamento, foram muito bem postos. Porque isto sim é abuso. Isto é abuso que nós temos que procurar coibir; temos que alertar as forças constituídas para que não haja e não se repita este fato lamentável. Porque cada Prefeitura tem o seu caminhão próprio, tem a sua frota própria. Por pequena que seja a Prefeitura tem o seu caminhão que poderá vir buscar esse cimento na companhia, sem se subjugar a esta espécie de coisas que nos estarrece. Isto sim, nós os Deputados da Situação e da Oposição deveríamos combater.

Os meus parabéns pelo seu requerimento e desde já queria que contasse com o nosso apoio porque está muito bem posto, esclarecendo um fato que deve ser combatido. Um fato não de corrupção, mas um fato onde se procura monopolizar, um monopólio que não pode existir, que é um monopólio contra a própria estrutura e contra a própria engrenagem do Estado do Paraná. É o monopólio contra as prefeituras, as comunas sofri- das que devem ter a nossa proteção.

E é por isso que quero me parabenizar com Vossa Excelência e aceite o meu voto de confiança e o meu voto no seu requerimento.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que só vem enriquecer o nosso pronunciamento e o nosso apelo e sei da preocupação de Vossa Excelência que sempre teve com as causas municipalistas.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Desejo também me congratular com Vossa Excelência pelo requerimento que está sendo encaminhado, e quero declarar que meu voto será favorável, porque nós não entendemos até o presente momento o motivo porque a Cimento Itaú deseja ter todo o transporte do cimento das prefeituras em suas mãos. Dando até a entender que seria um monopólio e isto podendo gerar maiores lucros para a Companhia, quando ela tem o preço do cimento tabelado. E no frete, me parece, ela não consultou os órgãos oficiais, para que se fizesse esse frete à níveis tabelados pelos órgãos oficiais. Isto viria a onerar as prefeituras e as pequenas principalmente, e muitas delas às vezes, com acessos difíceis e com número reduzido de sacos de cimento, porque são em função do valor do convênio.

Para que estes veículos, caminhões de transportes pesados, que iriam transportar grandes cargas, não sei como a Itaú iria proceder. Por isto fica aqui o meu posicionamento de apoio ao seu requerimento.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado. Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Nos quatro minutos restantes do horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente desejo agradecer ao eminente Deputado Gilberto Carvalho por ter cedido quatro minutos restantes do seu tempo, para que eu pudesse fazer uso da palavra. Amanhã, o Município de Santo Antônio da Platina comemora o seu 66.^o aniversário. Não será apenas uma efeméride, mas a marca de seus 66 anos de luta de um povo que muito contribuiu para o engrandecimento do Paraná e muito tem contribuído para o engrandecimento do Brasil.

As realizações daquele povo fizeram com que Santo Antônio da Platina se tornasse um centro comercial do Norte Pioneiro. E, geograficamente estando instalado numa situação até favorável, ele é hoje entroncamento de rodovias, dando sequência a rodovia PR-92 que liga a Capital do Estado a Santo Antônio da Platina, tínhamos necessidade premente da continuidade desta rodovia, que determinaria uma ligação entre Santo Antônio da Platina e Barra do Jacaré, ligando também

a BR-153 e BR-369. A importância desta ligação rodoviária não se prende apenas ao fato destas ligações, mas também por passar por terras fertilíssimas e altamente povoadas pela população agrícola.

Para nossa satisfação, o Governo do Estado do Paraná, nesta semana, assinou um contrato na Secretaria dos Transportes com a empresa vencedora de concorrência pública, para que aquela estrada fosse pavimentada.

Ficam aqui registrados os nossos agradecimentos e reconhecimento ao Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, Secretário Nivaldo Almeida, pela assinatura do contrato e, praticamente, autorização do início dos trabalhos que viriam sanar um dos grandes problemas do Norte Pioneiro, de Santo Antônio da Platina e também do Paraná. Ficam aqui, em nome do povo de Santo Antônio da Platina, assinalados os nossos agradecimentos que podem ser praticamente considerados como presente de aniversário à população daquela região, mas acima de tudo, faz justiça ao grande trabalho daquele povo empreendedor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É crença corrente que o passar dos anos amadurece as pessoas, tornando-as mais serenas, mais ponderadas e menos propensas a juízos precipitados ou afirmações descabidas; ao longo da História dos povos, os mais idosos vêm sendo considerados como repositórios da sabedoria e do bom senso. É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, me parece que não ocorreu com o eminente Deputado Erondy Silvério, ao fazer ataques ao eminente Deputado Nilso Sguarezi. Porque creio que Nilso Sguarezi usou recursos hábeis e dignos de um Parlamento; quando se reportou ao "Voto Minerva" que decidia a votação do requerimento em que pedia esclarecimentos da estrutura do funcionamento do Tribunal de Contas. Nada mais fez do que usar de uma coisa legal e hábil, porque os Tribunais de Contas, hoje são uma verdadeira vergonha, dentro da estrutura política brasileira. Os tribunais de contas que deveriam estar afetos, que deveriam ser submetidos, os seus Conselheiros, quando nomeados, ao crivo, à análise do Poder Legislativo, não, são nomeados e submetidos ao crivo do Poder Executivo, que nomeia aqueles que irão fiscalizá-los. Sobre isso, Sr. Presidente, tem-se que fazer justiça a uma das proposições que foram acatadas e que foram anotadas e que será levada à reivindicação de Brasília, tomadas pela União Parlamentar Inter-Estadual, em Porto Alegre, aonde as Assembléias do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, reivindicam que a nomeação dos Conselheiros sejam submetidas ao crivo do Poder Legislativo e não submissos a um tão já todo poderoso Poder Executivo, dentro da estrutura política brasileira. Querer dizer que o eminente Deputado Nilso Sguarezi usou de atrevimento, nós da Oposição não aceitamos tal definição e tal assertiva, Sr. Presidente, eminentes companheiros.

O Sr. Gernote Kirinus) — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Embora seja leigo no assunto de magistratura, de leis e de ética, digamos de magistratura, entendi perfeitamente o que queria dizer o Deputado Nilso Sguarezi e acho que se concorda com o conteúdo. Dizia o Deputado Erondy Silvério que não concordava com a forma dos termos usados. Aliás é praxe o Líder do PDS querer ensinar a nós a terminologia, o dicionário que devemos usar quando colocamos o assunto. Mas resolvemos nos ater apenas ao conteúdo e não ao termo, não às palavras que são apenas os vasilhames que carregam este conteúdo. Ao dizer o Depu-

tado Nilso Sguarezi, de que na situação de Juiz em que se encontra um Presidente de uma Casa, a Assembléia Legislativa no caso, procurará, sempre, dado o comportamento ético que teve o nosso nobre Presidente, Fabiano Braga Côrtes, ao atender a solicitação do réu. Aqui no caso não se tratando de réu, mas sim acompanhar a intenção de um Deputado, não interessando se é da Oposição ou da Situação mas, a intenção de um Deputado em querer fazer valer o seu requerimento, que procura o apoio da Casa para desencadear um expediente e manifestar, assim, a sua intenção de averiguar - no caso do requerimento a situação do tribunal de Contas, e que neste caso seria comportamento ético, segundo o que se costuma e a tradição, de, vir ao encontro daquele que procura, segundo os seus direitos legítimos, nesta Casa fazer valer a sua vontade, e não estaria, no caso, favorável a uma simples maioria. Portanto, discordamos plenamente e aí está justamente o equívoco do Deputado Erondy Silvério, de que, o Deputado Presidente da Assembléia, no caso não teria que dar satisfação do Voto de Minerva, a ninguém, somente ao povo e à sua consciência. Acredito que, na situação de Juiz em que se encontra um Deputado em função, de Presidente da Assembléia, terá não somente que obedecer a sua consciência, mas também ao jurado e também ao debate que gerou, portanto, não é tão simples assim como quer o Deputado Erondy Silvério.

Era este o aparte e a contribuição que desejava dar ao pronunciamento de Vossa Excelência, que vem em defesa do Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Deni Schwartz - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, para retificar alguma coisa que foi dito.

Primeiro, foi pedido um exemplo de Voto de Minerva dado em favor das minorias:--

Quero lembrar que o eminente Deputado Paulo Camargo, quando presidia esta Casa, costumadamente adotou essa maneira de proceder - sempre votando com as minorias, inclusive, se não estou enganado, num lance muito importante, se não estou enganado, no episódio do Estatuto do Magistério, quando decidiu pela minoria; outro reparo é o seguinte:--

Causou-me profunda tristeza ter de polemizar com o Deputado João Mansur, a quem conheço bem e em quem reconheço os maiores méritos. Ocorre que, tenho em mãos, exatamente, o requerimento causador dessa celeuma, e lendo atentamente esse requerimento, nós vemos que, o nobre Deputado Romero Filho, quando o redigiu, estava preocupado com a imagem do Tribunal de Contas e com a imagem do homem público paranaense, tanto que, apenas pediu a estrutura do Tribunal de Contas que, realmente, deve estar na Legislação e é fácil de ser manuseado. Mas, perguntou, pelo seu funcionamento, e no item sétimo a sua intenção era a seguinte: "Fornecer a relação dos Conselheiros, Procuradores, Auditores, e, se têm parentes até segundo grau trabalhado para o Tribunal de Contas, a qualquer título".

Parece-me que aí está claro o que a revista VEJA publicou durante o recesso, mas vejam como foi cuidadoso o Deputado Romero Filho, que diz o seguinte na sua justificativa:

"A opinião pública cobra, do Poder Legislativo, uma atitude a respeito do Quadro Funcional do Tribunal de Contas do Estado, mas, não se trata de tomar uma atitude, sem antes saber melhor como está organizado e funcionando aquele Órgão de Assessoria Técnica que, nos últimos anos se vê transformado num quarto Poder".

O Deputado Romero Filho não quis ir apenas nas ondas do que disse a revista, achou de direito que, o público paranaense, o povo paranaense tivesse conhecimento daquelas denúncias para inclusive, se necessário, defender o Tribunal de Contas, para inclusive defender o homem público paranaense. E há mais, Sr. Deputado. Diz ele na sua justificativa:

"Não se trata, aqui, de julgar, não há julgamento prévio,

exceto nos regimes de exceção e por parte dos excepcionais. Se às vezes a interpelação, a veemência e a retomada dos direitos como uma condenação prévia, é porque o uso da exceção fez, dela, a regra, e se criaram situações delicadas em áreas susceptíveis, que não admitem a fiscalização como não admitem de princípio a indagação. Não acreditamos que exista alguma coisa a esconder. Com a atitude que tomamos, com as justificativas que estavam neste requerimento, com a atitude que a Assembléia tomou, rejeitando esse requerimento nós passamos, na voz do povo, praticamente, a tentar esconder alguma coisa, que nós também acreditamos não exista a esconder.

Essas são as razões e as justificativas, pelas quais, estranhemos o voto do eminente Deputado João Mansur, que foi um dos homens que combateu a mordomia, inclusive no seu período governamental, como Governador do Estado que foi.

Portanto, acho que para recolocar a verdade, estão aqui, o exemplo do ex-Presidente desta Casa, Paulo Camargo, também citado hoje, que votava com as minorias com seu Voto de Minerva e segundo, o requerimento do nobre Deputado Romero Filho, não era um requerimento apenas sobre a estrutura do Tribunal de Contas e sim, de coisas mais profundas que nós, acredito, temos todo o direito de conhecer e não só conhecer, temos a obrigação de levar ao povo para que a verdade não seja distorcida.

O SR. DARCY DEITOS - Quero responder ao aparte do nobre Deputado Deni Schwartz, que o hábito faz o monge. E quer me parecer, que todos esses anos de arbítrio, criou essa visão dos políticos e dos homens públicos e, principalmente, daqueles que defendem e que dão sustentáculo a este Governo ilegítimo.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi - Estava disposto e pré-disposto a não mais tocar nesse tema mas, dado às referências do eminente Líder do PDS, é evidente de que, por formação de nunca fugirmos ao debate, aqui queremos deixar a nossa participação ao discurso de Vossa Excelência.

O eminente Deputado Erondy Silvério entendeu de que, nós fomos atrevidos. Não sei na realidade, o que cada Deputado entende por atrevimento. O que defende o seu direito, o que defende a sua liberdade, às vezes é atrevido. As mães da Praça de Maio, dentro da Argentina, são atrevidas, porque vão com cartazes, perguntar ao ditador que hoje nos visita, onde estão seus filhos. É uma forma de atrevimento. A minha forma de atrevimento, talvez foi aquela, de ter subido à tribuna, ter concedido aparte ao eminente Líder do Governo e a todos que me solicitaram, não fugindo ao debate, foi esta a minha forma de atrevimento. Mas, de dizer aquilo que penso e que tenho o direito sagrado de dizer e de entender.

Então, Sr. Presidente, tratei urbanamente e cavalheirescamente o Sr. Presidente desta Casa, que estava em exercício na ocasião, o Deputado Tércio Albuquerque. Nenhuma só palavra pode ser retirada do meu pronunciamento, no sentido de ferir-lo pessoalmente, mas, na realidade, Sr. Deputado, eu às vezes, passo até a entender. Porque falava em grandeza e grunza é uma coisa difícil de entender, para quem não possui esta qualidade. É difícil aquele que não tem grandeza, entender o que ela significa, como é difícil de entender caridade, para o que não tem caridade. E também, unidade, Sr. Presidente.

Concluo meu aparte. Talvez a palavra desqualificar, que possa ter originado a celeuma, não foi dita, para dar qualquer qualificação, ou qualquer sentido pejorativo ao nobre Deputado Tércio Albuquerque, porque o Voto de Minerva, é um voto de qualidade. O Deputado que exerce o Voto de Minerva, não é o Deputado Fabiano Braga Côrtes, é investido, imbuído da condição de Presidente, deixa a sua condição de Deputado representando uma região para se incorporar e se integrar no todo que é o Poder Legislativo, que é o Colegiado. Por isso é que eu disse que o voto foi desqualificado porque no meu enten-

dimento o nobre Deputado Tércio Albuquerque não se imbuir dessas qualidades e desses requisitos que se exige de um Presidente de Casa quando exerça, em nome do Poder Legislativo e represente o Poder Legislativo. Nesse sentido. Mas não dizer e só uma interpretação maldosa é que pode levar a isto que eu tenha dito que o nobre Deputado é desqualificado. Em absoluto.

Se esse foi o entendimento subjetivo de alguns, fica aqui feito o reparo. Não foi esse, pode se ler e entender da maneira que quiser, mas não foi esta a intenção.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS -- Nós é que agradecemos o seu aparte eminente Deputado, e Vossa Excelência deu um depoimento que os Anais da Casa lhe farão justiça para a democracia do Paraná e a democracia brasileira. Lamento ...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- A Mesa lamenta, mas informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado.

Consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário. Tendo declinado, consulto à Liderança do Partido Popular. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente. Necessita de apoio. -- Apoiado. -- Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 57/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Casa do Bom Menino de Arapongas", com sede e foro na Cidade de Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- Aprovado

3a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 58/80, de autoria do Deputado FLORISVALDO PALÁCIO, que declara de utilidade pública a "Caritas Diocesana de Jacarezinho", com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- Aprovado

2a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 48/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que eleva para 13 o número de Cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. -- Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Sr. Presidente, tão somente para registrar o apoio claro, decisivo a esse requerimento do Deputado situacionista, Egon Pudell, fazendo com que o número dos Vereadores da Câmara Municipal de Toledo tivesse esse acréscimo substancial. Felizmente, antes tarde do que nunca. Porque nós só lamentamos que o ilustre Parlamentar que divide a liderança daquela área conosco demorasse tanto tempo para assim proceder, porque na verdade Toledo até hoje continua com nove Vereadores no seu quadro da Câmara Municipal, e durante tantos anos tivemos esta possibilidade de ampliação e nos sentimos então agora na obrigação de só fazer

esse reparo. Mas nos congratulamos e damos integral apoio a este projeto ampliando a nossa Toledo, o número de nove para treze cadeiras na Câmara Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Em votação. O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Sr. Presidente, solicitei a palavra para encaminhamento de votação neste processo, porque tive o prazer e a honra em ser o seu Relator na Comissão de Constituição e Justiça. É de autoria do eminente Deputado Egon Pudell, que apresentou este projeto em função do número de eleitores.

Todos nós sabemos, esta Casa conhece a Lei Orgânica dos Municípios e somente em função de determinado número de eleitores que Toledo conseguiu demonstrar recentemente é que foi possível o Projeto de Lei de autoria do eminente Deputado Egon Pudell.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Em votação. APROVADO.

1a. DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 93/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 42/80), que incorpora aos vencimentos do funcionalismo estadual a Parcela Adicional Social -- PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do art. 1.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1.979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (COM PRAZO CONSTITUCIONAL À VENCER EM 15/09/80) Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 93/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º -- A Parcela Adicional Social -- PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do art. 1.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1.979, fica incorporada, no seu valor de Cr\$ 1.037,40 (hum mil e trinta e sete cruzeiros e quarenta centavos), aos vencimentos dos cargos dos funcionários por ela beneficiados.

Parágrafo único -- Em face do disposto neste artigo, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto com as tabelas de vencimentos acrescidos da importância referida.

Art. 2.º -- Aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado -- CRE, a Parcela Adicional Social fica incorporada aos seus vencimentos sob a forma de valor autônomo, reajustável por ocasião das majorações gerais, a fim de ser mantida a proporcionalidade de remuneração de que trata a Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1.978.

Art. 3.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os parágrafos do art. 1.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1.979 e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 24 de julho de 1.980.

a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 93/80

Tem por finalidade o presente Projeto de Lei n.º 93/80, oriundo de Mensagem Governamental, incorporar, na forma que especifica, aos vencimentos do funcionalismo público estadual a Parcela Adicional Social -- PAS, instituído pelos §§ 1.º e 2.º do Art. 1.º da Lei n.º 7.258 de 30/11/79.

A Mensagem está devidamente justificada e segundo a mesma, trará como consequência benefícios e vantagens

pecuniárias à laboriosa classe do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a matéria proposta não encontra óbice algum, quer legal quer constitucional, que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nesta condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Marcos Henrique Bobato. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Nair de Macedo, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações sobre as faltas de professores do Colégio Wilson Jofre, de Cascavel. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro dos Transportes, visando a imediata reativação das obras contratadas pelo DNER no território do Paraná. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque, Gernote Kirinus e Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 32/80. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferir e procederá a verificação de votação.

(Procede à verificação de votação)

12 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Líderes das Bancadas no Senado e na Câmara Federal, sugerindo a não aprovação da lei de autoria do Sr. Deputado Herbert Levy, que visa transformar em multas todas as punições a que se sujeitam os jogadores de futebol e dirigentes esportivos quando ocorrem em faltas disciplinares. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que a FAESB seja reconhecida oficialmente como entidade nacional. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de congratulações

ao "Jornal do Norte Pioneiro" de Jacarezinho e seu Diretor Gideoni Fagundes, pela passagem do 6.º aniversário de circulação. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de sugestão, visando a construção de um aeroporto em Santo Antônio da Platina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências para a reativação das obras do trecho Realeza-Capitão Leônidas Marques, bem como a construção da ponte sobre o rio Iguaçu. — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação do Requerimento do eminente Deputado David Cheriegate, que solicita o início das obras, para a construção de uma ligação da ordem de 28 quilômetros, entre a sede do progressista Município de Realeza, situado no extremo sudoeste do Estado do Paraná, com o Município também progressista de Capitão Leônidas Marques, com a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, na ordem de 800 metros.

Este Requerimento do nobre Deputado David Cheriegate vem reforçar e reafirmar a disposição daquelas lideranças daqueles dois municípios, no sentido de que tal obra seja o quanto antes reiniciada. Me parece entretanto que o meu eminente colega de Bancada David Cheriegate chove no molhado, porque as atitudes administrativas necessárias para o reinício daquela tão sonhada obra, já foram tomadas pela Secretaria competente. A Secretaria de Transportes já tem em mãos o levantamento preliminar daquelas obras. Já determinou para o início de setembro a concorrência para execução da ponte, cujo orçamento é superior a 100 milhões de cruzeiros, e que dará mais uma vinculação, ou mais uma estrada, mais um setor de escoamento entre as Regiões Sudoeste e Oeste, regiões cuja economia, cuja integração racial, cuja integração psico-social se complementam.

Venho portanto a esta tribuna para aplaudir o Requerimento do Deputado Cheriegate e para dizer que o Governador Ney Braga que há questão de dois meses atrás, esteve em Realeza já tomou as providências necessárias, para que esta obra seja reiniciada.

E posso até adiantar ao eminente Deputado David Cheriegate e aos outros Deputados, que o início da construção da ponte se dará no mês de setembro e o início do asfaltamento do trecho Realeza- ao Rio Iguaçu se dará no início de janeiro de 1.981.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção e pavimentação da ligação do Município de Três Barras do Paraná com a estrada que liga o Município de Quedas do Iguaçu a Foz do Chopim. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Frie-

drich, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao "Toledo Futebol Clube" parabenizando-o pela sua classificação para o octogonal final do Campeonato Paranaense de Futebol. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento feito pelo Deputado Álvaro Dias, no dia 19/6/80, na Câmara Federal. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido. (É procedida a verificação de votação)

10 Srs. Deputados aprovam, 23 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que seja concluído o "Anel Viário" de Campo Mourão. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, enfatizando a necessidade de execução de obras de recuperação da pavimentação e sinalização da Rodovia "Pedro Viriato Parigot de Souza". **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a SUNAB, consubstanciado em apelo no sentido de que a mesma intervenha no monopólio do frete no transporte de cimento para atender convênios com prefeituras. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo urgente recapeamento da estrada que liga os Municípios de Sertãozinho e Primeiro de Maio. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/79.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/80.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 63 e 66/80.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva

DECRETO LEGISLATIVO N.º 347/80
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:
revogar o Decreto Legislativo n.º 392/77, de 24 de maio de 1.977, na parte que se refere ao funcionário ANTONIO MASSUCHETTO, matrícula n.º 325, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que concedeu Auxílio para compensar diferenças de caixa, de que trata o Art. 201, da Lei n.º 6.174,

de 16 de novembro de 1.970, fixando-o em cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 19 de junho de 1.980.

(Protoc. n.º 6667)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 348/80

autorizar, JOSÉ DOMINGUES DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Pinto Dias, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 09 de maio de 1.980.

(Protoc. n.º 6880)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 349/80

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 132, § 2.º, e 140, inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, matrícula n.º 050, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de inatividade correspondente ao cargo em Comissão de Tesoureiro Geral, Símbolo DAS-4 (Lei n.º 7058, de 08 de janeiro de 1.979) acrescido de um (01) triênio incorporado, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e dois (02) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6.174; Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6.641, de 04 de dezembro de 1.974; Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1.976 e Parcela Adicional Social (PAS), de acordo com a Lei n.º 7.258, de 05 de dezembro de 1.979.

(Protoc. n.º 6402)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 350/80

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 132, § 2.º e 140, inciso I e III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, PEDRO LIBERTI, matrícula n.º 253, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondente ao seu cargo efetivo, acrescido de três (03) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e três (03) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, o único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6.174; Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6.641, de 04 de dezembro de 1.974; Função Gratificada, Símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6.174; Gratificação por Serviço Extraordinário, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6.794, de 08 de junho de 1.976 e Parcela Adicional Social (PAS), de acordo com a Lei n.º 7.258, de 05 de dezembro de 1.979.

(Protoc. n.º 6570)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.08.1.980
aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente; Basílio Zanusso — 1.º Secretário; Domício Scaramella — 2.º Secretário.